



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 26 DE ABRIL DE 2018.

Nº.3/2018

Aos vinte e seis dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezoito, no Auditório do Fórum Municipal, em Castro Verde, compareceram: Ana Paula Gomes Baltazar, Presidente da Assembleia Municipal de Castro Verde, e Carolina Conceição Hipotecas Cabaça, 1ª. Secretária da respetiva Mesa; Filipe Manuel Patrício Mestre, Maria Manuela Revés Florêncio, Leandro José de Almeida Gonçalves, Carlos Alberto Soares Ramos, Susana Paula Trindade Figueira, Diogo Gomes Pereira, Vanda Isabel Camacho Guerreiro, Ricardo Luís Torcato Matias Rodrigues, António José Silvestre Jerónimo, Rita Camacho Silvestre Nobre, Luís Micael Mira Salvador, Carla Maria Costa Guerreiro Gonçalves e António José da Luz Paulino, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Castro Verde e Casével, Ana Maria Carolina Guerreiro, Alexandra Isabel Bravo Nunes Batista Tomé e Ana Luísa Marques Fatana, Presidentes das Juntas de Freguesia de Entradas, São Marcos da Ataboeira e de Santa Bárbara de Padrões, na qualidade de Vogais do mesmo Órgão, a fim de reunir em sessão ordinária.

Faltou à presente sessão o 2º. Secretário da Mesa, Sr. João Miguel Benedito Branco.

Esteve igualmente presente todo o executivo municipal, nomeadamente o Sr. Presidente António José Brito e os Srs. Vereadores Francisco Duarte, David Marques, António João Colaço e Alda Maria Cabral Mestre

• ABERTURA:

Verificando-se a existência de quórum, a Srª. Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão procedendo em seguida à leitura do edital que a tornou pública com a seguinte ordem de trabalhos:

Período antes da ordem do dia

- Aprovação da ata da sessão anterior.
- Expediente.
- Outros assuntos de interesse.
- Período reservado à intervenção do público.

Ordem do dia

- 1º.- Apreciação e votação do Relatório e Conta de Gerência relativos ao exercício de 2017.
- 2º. - Apreciação e votação da proposta da 1ª. revisão ao Orçamento e Opções do Plano - 2018
- 3º.- Apreciação do Inventário e Cadastro Patrimonial do ano de 2017.
- 4º.- Apreciação e votação de proposta de autorização à Câmara Municipal para a contratação de empréstimo bancário, até ao montante de 1.175,000 €.
- 5º. - Atribuição de apoios económicos aos Estudos do Ensino Superior
– Apreciação e votação da proposta da Comissão de Análise das Candidaturas.
- 6º.- Apreciação e votação de proposta de atribuição de despesas de representação aos titulares de direção intermédia de 2º.- grau que exercem funções na Câmara Municipal.
- 7º.- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara relativa à atividade municipal.
- 8º. -Outros assuntos de interesse.
- 9º. - Período reservado à intervenção do público.

Período antes da ordem do dia

No âmbito do período antes da ordem do dia, a Srª Presidente a Assembleia, em homenagem ao 25 de Abril, fez a seguinte intervenção:

“No período antes da ordem do dia e, porque hoje, como ontem, ainda comemoramos o 25 de abril, considero indispensável, que no seio da assembleia municipal, enquanto órgão privilegiado do exercício do poder político democrático, crucial para o desenvolvimento do poder local, relembremos a importância e o valor da democracia.

Para o efeito, proponho que homenageemos o 25 de Abril, honrando as mulheres e os homens, que durante longos anos, resistiram, com coragem, ao regime ditatorial e lutaram por melhores condições de vida.

Homenageemos, também, os militares de abril, que entenderam a mensagem de luta de um povo oprimido e desgastado pela guerra colonial, e que através do movimento das forças armadas, constituído, essencialmente por capitães (Salgueiro Maia, Otelo Saraiva de Carvalho, Vasco Lourenço...), planejaram e levaram por diante, destemidamente, a revolução, que foi para nós a vitória da política democrática, com a afirmação da cidadania e da libertação do povo de décadas de opressão e de miséria. Veja-se que, a nível económico, o regime assentava numa política (corporativista), que centralizava a economia nas mãos de um grupo restrito de gente influente, numa elite.

O golpe militar de 25 de abril, foi o culminar de longas lutas de mulheres e homens valentes, num tempo marcado pelo analfabetismo, pela pobreza e pela repressão.

A Revolução de Abril ou dos cravos, como também a conhecemos, veio pôr fim ao regime do estado novo, a uma ditadura que vigorou entre 1933 e 1974, numa governação que durou 41 longos anos.

O golpe de estado de 25 de abril, depôs a governação, autoritária e autocrática, déspota, que proibia a expressão pública de opiniões contra o regime, interditando os movimentos políticos, vigiando e espiando os cidadãos através da sua polícia secreta, a dita PIDE (polícia interna de defesa do estado) e com esta forma de repressão as prisões foram ficando cheias de gente como nós, cujo delito consistia, unicamente, em ter ideias distintas daquelas vigentes e almejar por melhores condições de vida.

A Revolução de Abril trouxe ao povo a liberdade e a democracia (a liberdade de expressão, de escolha, de decisão, de afirmação pessoal e coletiva) e permitiu legitimar os direitos e deveres fundamentais dos cidadãos, assentes nos princípios da universalidade e da igualdade, assim como os direitos, liberdades e garantias pessoais, essenciais à condição e dignidade humanas, todos consagrados na CRP desde 1976, decretada pela então assembleia constituinte de 2 de abril desse mesmo ano.

A Revolução de Abril, como vimos, veio fixar os direitos fundamentais dos cidadãos, permitindo o acesso à educação, com o desenvolvimento da escola pública, acessível a todos, para combater o analfabetismo e formar cidadãos participantes, o que continua a ser fundamental, numa sociedade com grandes e crescentes assimetrias socioeconómicas. É necessário termos sempre presente que a educação é uma das bases de sustentação da sociedade.

Por outro lado, nesta vertente de estado social, foram também implementadas importantes prestações sociais, como o salário mínimo (3.300 escudos), o subsídio de Natal, a licença de parto, a criação e generalização da segurança social e do Serviço Nacional de Saúde, entre outras.

A Revolução de 25 de abril permitiu, também, como vimos, a instituição do poder local democrático e por isso aqui estamos hoje, reunidos em assembleia, para analisar e discutir os assuntos que nos dizem diretamente respeito, dando-nos a possibilidade de nos pronunciarmos e de decidirmos democraticamente através do voto.

É pois pelos valores de abril, que solicito que, de pé, façamos uma ovação, com uma salva de palmas, numa honrosa homenagem às mulheres e aos homens, que nos legaram a democracia.

Posto isto, de imediato, todos os presentes corroboraram conforme o solicitado pela Sr^a. Presidente da Assembleia.

Por fim, e apenas como reflexão, uma pequena frase de Saramago "Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos. Sem responsabilidade talvez não mereçamos existir".

É pois, com responsabilidade e pugnando pelos valores democráticos, de que somos merecedores que, mais uma vez, vamos dar cumprimento aos trabalhos agendados, passando à aprovação da ata da sessão anterior."

- **Aprovação da ata da sessão anterior:**

Atendendo a que foi previamente distribuída cópia da ata da sessão anterior, dispensou a Sr^a. Presidente a sua leitura, pelo que colocou-a à apreciação e corrigido o seu conteúdo, relativamente à intervenção do Sr. Vogal Leandro Gonçalves, sobre a sua posição contra a privatização da gestão de águas de consumo doméstico, e não se verificando qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

- **Expediente:**

Deu a 1^a. Secretária conhecimento do expediente recebido, nomeadamente o enviado pela Associação Nacional de Assembleias Municipais sobre a realização do 1^o. Congresso Nacional, no dia 19 de Maio, em Mafra; pelo Grupo Parlamentar “Os Verdes” sobre a falta de apoios às Juntas de Freguesia para o exercício de entrega das declarações de IRS; e pelo Movimento Beja Merece *, sobre a realização de uma manifestação em Lisboa.

- **Outros assuntos de interesse:**

Aberto este ponto da ordem de trabalhos, interveio a Sr. Vogal António José Silvestre Jerónimo que, em nome dos eleitos da CDU, apresentou a seguinte proposta de moção, procedendo à sua leitura:

“MOÇÃO

Transferência de Competências

O Governo tem vindo a preparar um conjunto de diplomas sobre a transferência de inúmeras responsabilidades da Administração Central para a Administração Local, cujos contornos suscitam interrogações de mais diversa natureza, nomeadamente, quanto ao verdadeiro alcance das mesmas e impacto na melhoria dos serviços públicos, configurando, nalguns casos, ao invés da anunciada descentralização, uma mera desconcentração de competências.

Aliás, a inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas –, que não são substituíveis por soluções intermunicipais, constitui um obstáculo a uma efetiva descentralização que é urgente resolver.

A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, à luz do princípio da subsidiariedade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado.

Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm e não se conformam com a subtração de competências historicamente consignadas às autarquias locais, nem tão pouco com reestruturações administrativas, no sentido da extinção ou associação forçada de municípios e freguesias.

A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, à definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro.

Face aos projetos de diplomas do governo que visam transferir competências para as autarquias locais, a Assembleia Municipal de Castro Verde, reunida a 26 de Abril de 2018 delibera:

1. Expressar as maiores reservas quanto a transferências de competências orientadas por princípios meramente administrativistas, mantendo o poder de decisão, em última instância, na Administração Central e generalizando formas de tutela efetiva com a corrosão e progressiva destruição da autonomia do Poder Local.
2. Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências que possa pôr em causa a universalidade dos direitos sociais constitucionalmente protegidos ou sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.
3. Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas, enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração e à defesa da autonomia dos municípios e das freguesias, condição essencial para uma descentralização efetiva e para o desenvolvimento local e regional, que assegure o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promova a eficiência e eficácia da gestão pública, garantindo e aprofundando os direitos das populações.”

Concluída a apresentação da proposta de moção, deu a Sr^a. Presidente a palavra à Assembleia, intervindo o Sr. Vogal António José Paulino que alertou para a necessidade de haver um período de reflexão, tendo em conta a importância do assunto. Questionou os proponentes da mesma moção quanto à afirmação que fazem no primeiro ponto, relativamente “... em última instância, na Administração Central e generalizando formas de tutela efetiva com a corrosão e progressiva destruição da autonomia do Poder Local.”, pois, em sua opinião uma descentralização nunca pode ser uma destruição do Poder Local Democrático, mas, sim, um reforço desse mesmo poder pelo que, em sua opinião, esta afirmação está perfeitamente descabida.

Não havendo qualquer outra intervenção, colocou a Sr^a. Presidente à votação a proposta de moção apresentada, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 10 votos a favor, dos eleitos da CDU, usando a Sr^a. Presidente o seu voto de qualidade, e 9 votos contra, dos eleitos do Partido Socialista.

Seguidamente, apresentou o Sr. Vogal Ricardo Rodrigues, a seguinte proposta de moção, subscrita igualmente por todos os eleitos do Partido Socialista, procedendo à sua leitura:

“Moção 25 de Abril e 1º de Maio

Cumpriram-se, ontem, terça-feira, 44 anos sobre este acontecimento ímpar do nosso país: a Revolução de 25 de Abril de 1974. Nesse dia, os Capitães de Abril puseram fim à longa noite de 48 anos do Regime Fascista, abrindo portas à Liberdade, Justiça Social e Democracia.

A conquista de Abril fez nascer um Estado Democrático onde o Poder Local tem desempenhado um papel fundamental.

Os membros da Assembleia Municipal de Castro Verde saúdam, calorosamente, os Militares de Abril e demais intervenientes, que, de uma forma ou outra, contribuíram para um Portugal livre e democrático.

Saúdam igualmente a luta de todos os povos que se encontram ainda submetidos a regimes que negam a liberdade de expressão e a liberdade de reunião, oprimindo e tiranizando aqueles que lutam por Liberdade, Igualdade e Solidariedade, que são direitos fundamentais de todos os povos.

Saúdam, igualmente, aproveitando a proximidade do 1º de Maio, todos os trabalhadores e em especial os do nosso concelho, que no seu dia-a-dia se empenham na construção de um País mais Justo, Equilibrado e Solidário, para que, deste modo, se cumpra Abril e Maio se torne maduro.”

Viva o 25 de Abril – Viva o 1º. de Maio.”

Colocada a proposta de moção à consideração e não havendo qualquer intervenção, submeteu-a a Srª. Presidente à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Período reservado à intervenção do público:

Dada a palavra ao público presente, interveio o cidadão, Sr. Adelino Coelho que começou por manifestar a sua satisfação pela homenagem/ovação efetuada pela Assembleia Municipal, na sequência das palavras proferidas pela Srª. Presidente, homenageando o 25 de Abril.

Sugeriu depois o mesmo cidadão, que nas próximas comemorações do 25 de Abril seja feita, nesta Assembleia, uma sessão solene em que possam intervir, para além dos partidos com assento neste Órgão, as outras forças políticas que queiram participar, e apelar à participação das escolas e dos alunos dos diferentes níveis de ensino, fazendo, assim, sentir a importância do 25 de Abril, e não apenas cingir as comemorações a uma festa com foguetes e feriado nacional, propondo ainda, convidar alguém ligado diretamente à Revolução de Abril.

Manifestou, ainda, o mesmo cidadão, a sua admiração por não ter havido uma discussão aberta da proposta de moção sobre a “Transferência de Competências” apresentada pela CDU, tendo em conta, a importância de que a matéria se reveste.

Ordem do dia

1º.- Apreciação e votação do Relatório e Conta de Gerência relativos ao exercício de 2017.

Colocou a Srª. Presidente à apreciação da Assembleia o Relatório e Contas de Gerência relativos ao ano transato, para efeitos de discussão e votação, na sequência da respetiva aprovação, por maioria com uma abstenção, pelo executivo municipal, na sua reunião de 19 de Abril corrente, conforme proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara, que, a seguir, se transcreve, tendo sido enviadas cópias dos documentos a todos os Vogais, em formato digital.

“Considerando que está concluído mais um exercício económico, relativo ao ano de 2017;

Considerando que, com isso, temos de apresentar a execução dos documentos previsionais (Opções do Plano – Plano Plurianual de Investimentos e Ações Mais Relevantes e Orçamento), aprovados em finais de 2015;

Assim, face ao exposto, e ao abrigo do disposto nos art.ºs 33º/1-i) e 25º/2-l) do Anexo I à Lei nº.75/2013, de 12 de Setembro, proponho a aprovação do presente Relatório e Contas e que os mesmos sejam submetidos para apreciação e votação da Assembleia Municipal.”

Posto isto, a Srª Presidente concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, no sentido do mesmo apresentar o Relatório e Conta de Gerência em apreciação, tendo o Sr. Presidente da Câmara, começado por lembrar que estes documentos referem-se a uma gestão partilhada, isto é, até 16 de Outubro foram da responsabilidade da CDU e, a partir dessa data e até ao final do ano de 2017, foram da responsabilidade do Partido Socialista, fazendo com que na prática a gestão deste último período dificilmente se alteraria, em relação à praticada no período anterior.

Alertou o Sr. Presidente da Câmara para o saldo de gerência que transitou para o ano em curso, no valor de 185.669,35 €. Destacou, posteriormente, algumas informações que considerou relevantes, conforme se pôde verificar na documentação enviada à Assembleia, como uma execução nas Opções do Plano de 58,6%, no Plano Plurianual de Investimentos apenas de 32,2% e nas ações mais relevantes cerca de 81,3%.

Relativamente a este exercício, o Sr. Presidente da Câmara salientou que se transitou do ano de 2017 com uma dívida de curto prazo a terceiros na ordem dos 697.000 €.

Disponibilizou-se, por fim, a prestar esclarecimentos sobre eventuais dúvidas relativamente aos documentos em apreciação, nomeadamente, no que se refere ao período a que presidiu.

Dada a palavra à Assembleia e não se verificando qualquer intervenção, colocou a Srª Presidente à votação o Relatório e Conta de Gerência relativos ao exercício de 2017, tendo sido aprovados com 9 votos favoráveis dos eleitos do PS e com 9 abstenções dos eleitos da CDU.

Apresentou o Sr. Vogal Diogo Pereira a seguinte declaração de voto em nome dos eleitos do Partido Socialista:

“O voto favorável dos eleitos do Partido Socialista ao Relatório e Contas do exercício de 2017 deve ser lido como um posicionamento responsável e, no essencial, solidário com os cerca de dois meses e meio de gestão do executivo PS na Câmara Municipal.

Ninguém, em consciência, ousará associar os números ora apresentados a dois meses e meio de gestão socialista. Bem pelo contrário. Fica bem patente neste Relatório e Contas o muito que há a mudar na gestão do Município.

Assim, não podemos deixar de registar e assinalar, uma vez mais, a fraca execução do Plano Plurianual de Investimentos.

Cabe agora ao executivo liderado pelo Partido Socialista, reorganizar e repensar a estratégia camarária, de modo a atingir o objetivo a que se propôs, que é necessariamente um aumento da concretização orçamental e física no ano de 2018.

Estamos certos que, é possível trilharmos um caminho que melhor sirva os interesses dos Castrenses.”

2º. - Apreciação e votação da proposta da 1ª. revisão ao Orçamento e Opções do Plano - 2018

Colocou a Srª. Presidente à apreciação da Assembleia, a proposta da 1ª. Revisão ao Orçamento e Opções do Plano do ano em curso, aprovada por maioria, pelo executivo municipal, com uma abstenção, em reunião ordinária realizada no dia 19 do corrente mês, conforme proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve, e de cujos documentos foram enviadas fotocópias previamente a todos os Vogais.

“Considerando a necessidade de se fazer uma revisão aos documentos previsionais do ano de 2018, para introdução do saldo da gerência de 2017 e que esta implica o reforço de algumas rubricas da parte da despesa.

Considerando que, tal situação, nos obriga a que formalmente precisemos de autorização do Órgão Executivo, cf. dispõe o art.º 33º/1 al. d) da Lei nº.75/2013, de 12 de Setembro.

Formalmente, proponho que a Câmara Municipal, de acordo com o preceito legislativo, aprove na próxima reunião, a revisão nº.1 dos documentos previsionais de 2018 (Orçamento e Gop's) e que, posteriormente, a submeta à Assembleia Municipal para aprovação.”

Posto isto, a Srª Presidente concedeu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, no sentido do mesmo prestar alguma explicação adicional sobre o documento em apreciação.

Assim, o Sr. Presidente da Câmara começou por confirmar que a proposta de revisão orçamental visa, em primeiro lugar, inscrever o saldo transitado do ano anterior na gerência em curso, assim como, por opção do atual executivo, fazer determinados ajustamentos na calendarização e execução de diversos projetos no corrente mandato, nomeadamente, nos referentes à regeneração urbana de Castro Verde, no âmbito do PEDU, conforme pormenorizou, assim como no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos.

Em seguida, concedeu a Srª Presidente a palavra à Assembleia e, por ordem de inscrição, interveio o Sr. Vogal Carlos Ramos que, perante a informação prestada pelo Sr. Presidente da Câmara, acerca da recalendarização das obras anunciadas, questionou se a mesma não se traduz num adiamento dessas obras, nos próximos anos, ou mesmo a opção política de algumas prioridades em relação a outras.

A seguir, interveio a Srª. Vogal Ana Luísa Fatana que questionou se o reforço da verba para despesas na recolha de resíduos se destina a aquisição de alguma viatura.

Usou da palavra depois o Sr. Vogal António José Paulino, questionando o executivo municipal sobre algumas iniciativas que constam no PPI, em que verifica a redução de verbas, nomeadamente, na revisão do PPD, na ampliação do Cemitério Municipal e na obra de construção do Pólo da Biblioteca, em São Marcos da Ataboeira.

Interveio, a seguir, a Srª. Maria Manuela Florêncio que, a propósito do ajustamento de algumas rubricas, em termos do PPI, conforme foi explicado pelo Sr. Presidente, é seu entendimento que se tratam também de opções políticas, fazendo assim resvalar a execução das obras para mais tarde.

Concedida a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, o mesmo, em resposta ao Sr Vogal Carlos Ramos, sobre a intenção do adiamento de determinados projetos, afirmou que não há nenhuma intenção nesse sentido, mas sim, executá-los consoante a sua necessidade e tão rápido quanto possível, acrescentando, contudo, que há algumas obras que não vão poder concretizar-se dentro de uma gestão normal, e ao mesmo tempo, daí terem que ser estabelecidas prioridades e calendarizá-las de modo diferenciado, conforme, já foi do domínio público, na sessão em que se debaterem os projetos de regeneração urbana em Castro Verde, isto é, associando a execução desses mesmos projetos, em simultâneo, com a requalificação da rede de águas.

Lembrou, contudo, que alguma da redefinição das prioridades também é resultante da nova maioria política que gere a Autarquia e que naturalmente não tem as mesmas opções da força política anterior, função, essa, decorrente da democracia.

Quanto à questão colocada pela Sr^a. Vogal Ana Luísa Fatana, informou que o reforço dessa verba resulta da decisão tomada em adquirir uma máquina de recolha de resíduos urbanos.

Relativamente à observação da Sr^a. Vogal Manuela Florêncio, informou que a resposta dada ao Sr. Vogal Carlos Ramos seria a mesma que daria às suas perguntas/afirmações.

Acerca dos reparos do Sr. Vogal António José Paulino, sobre a redução de verbas em determinadas rúbricas, informou o Sr. Presidente que se trata de opções políticas, uma vez que não se consegue, no corrente ano, executá-las todas, daí a sua recalendarização, referindo que no caso do PDM há de facto a necessidade da sua revisão. Quanto à ampliação do Cemitério Municipal, é um processo que já se arrasta há alguns anos e está dependente de se chegar ou não a acordo, na negociação do terreno adjacente, com o respetivo proprietário, e quanto ao Pólo da Biblioteca em São Marcos da Ataboeira informou que se trata de um compromisso político que a Câmara Municipal assumiu aquando da discussão das Opções do Plano e é seu entendimento que a sua implementação será para ocorrer durante o presente mandato, prevendo-se que a elaboração do respetivo projeto avance durante o corrente ano.

Referiu-se ainda o Sr. Presidente da Câmara à execução da obra “Centro de Viola Campaniça”, já adjudicada, mas que aguarda o visto do Tribunal de Contas, e às obras no âmbito da regeneração urbana de Castro Verde, cujos projetos não existem e têm que ser elaborados, prevendo-se que sejam concretizados ainda no corrente ano.

Não havendo mais intervenções, submeteu a Sr^a. Presidente à votação a proposta da 1^a. Revisão a efetuar ao Orçamento e Opções do Plano do ano em curso, tendo a mesma sido aprovada com 9 votos favoráveis dos eleitos do PS e com 9 abstenções dos eleitos da CDU.

3º.- Apreciação do Inventário e Cadastro Patrimonial do ano de 2017.

Apreciou a Assembleia e tomou o devido conhecimento do Inventário e Cadastro Patrimonial do ano de 2017, na sequência da seguinte proposta apresentada pelo executivo municipal, aprovada, por unanimidade, na sua reunião realizada no dia 19 de abril corrente:

“Considerando que a Câmara Municipal tem de aprovar de acordo com o disposto no art.º 33º/1-i, do Anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, o Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município e respetiva avaliação, referente ao ano de 2016, elaborado de acordo com o ponto 2.8.1. – Inventário, do anexo ao Decreto-Lei nº. 54-A/99, de 22 de

fevereiro, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, adiante (POCAL), cujos documentos juntamos.

Considerando que devem os mesmos ser submetidos para apreciação da Assembleia Municipal, na sessão que se realiza no mês de Abril, nos termos do disposto nos artigos 25.º/2-1) e 27.º/2, do Anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro.

Assim, face ao disposto, proponho a sua aprovação e posterior envio para apreciação da Assembleia Municipal.”

4º.- Apreciação e votação de proposta de autorização à Câmara Municipal para a contratação de empréstimo bancário, até ao montante de 1.175,000 €.

Submeteu a Sr^a. Presidente à apreciação da Assembleia a seguinte proposta do executivo municipal, na sequência da deliberação tomada, por maioria, com uma abstenção, na sua reunião realizada no dia 19 do corrente mês, e que a seguir se transcreve:

“Considerando a proposta que foi enviada à Assembleia Municipal, a 8 de Fevereiro do corrente ano, sobre a necessidade de iniciarmos um processo de pedido de empréstimo bancário, a médio e longo prazo, que mereceu a concordância daquele Órgão;

Considerando a proposta submetida à reunião ordinária de 1 de Março de 2018 da Câmara Municipal, onde foi dada sequência ao processo, tendo em vista lançar o procedimento, com a consulta a seis Instituições Bancárias.

Responderam ao convite, dentro do prazo estipulado, todas as entidades convidadas, (Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo), à exceção do Banco Bic, que não apresentou proposta e o Banco Millennium BCP, que ainda que tivesse enviado um email, por lapso, não anexou a respetiva proposta dentro do prazo estipulado, tendo sido a mesma remetida fora de prazo, motivo pelo qual foi excluído. O Novo Banco comunicou não existirem condições para apresentar uma proposta em moldes satisfatórios.

Considerando que, de entre todos os que apresentaram proposta, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo foi aquela que apresentou a melhor proposta, conforme informação técnica.

Considerando que está decorrido o período de audiência dos interessados, iniciado a 26 de Março de 2018, não tendo havido qualquer reclamação à informação técnica, que sustenta como melhor proposta a da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo.

Assim face ao exposto, proponho:

- a) A adjudicação à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, a abertura de crédito até ao montante de 1.175.000,00€, para os seguintes investimentos inscritos no Plano Plurianual de Investimentos:

Investimento	Montante
Rede Viária: EM 508 (Castro Verde – EN 2/Stª Bárbara de Padrões) e CM 1139 (Stª. Bárbara – EM 508/limite).	300.000,00 €
Projetos inscritos no PPI e não participados Ampliação do Cemitério; Remodelação de instalações elétricas do Estádio Municipal; Zona das Atividades Económicas e Rede de Águas de Castro Verde,	565.000,00 €
Projetos aprovados na operação PEDU Regeneração Urbana de Castro Verde; Corredor Pedonal na Rua Morais Sarmento; Corredor Pedonal na Rua D. Afonso Henriques; Requalificação do espaço público no Eixo Largo Vítor Prazeres/Rua Dr. António F. Colaço; Requalificação do Centro Coordenador de Transportes; Parque Comunitário de Castro Verde – 2ª. fase e Centro de Viola Campaniça.	310.000,00 €

- b) Que seja aprovada a minuta do contrato em anexo, enviado pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo.
- c) Que seja autorizado, pela Assembleia Municipal, a contratação do empréstimo, ao abrigo do disposto no art.º 49º da Lei 73/2013, de 3 de setembro (Novo regime Financeiro das Autarquias Locais), juntando-se em anexo o mapa demonstrativo da capacidade de endividamento.”

Posto isto, a Srª. Presidente da Assembleia questionou o Sr. Presidente da Câmara, no sentido de saber se pretendia prestar alguma informação adicional, tendo o mesmo lembrado que a discussão política deste pedido de contratação já tinha ocorrido quer na Câmara quer na Assembleia Municipal, na última sessão extraordinária, tratando-se agora da apresentação formal de uma proposta concreta de pedido de autorização para a contratação do empréstimo em causa, na sequência da consulta efetuada a diversas instituições bancárias.

Em seguida, concedeu a Srª. Presidente a palavra à Assembleia, tendo o Sr. Vogal Luís Micael Salvador questionado o Sr. Presidente da Câmara se, face à análise do PPI, o calendário de execução do presente empréstimo corresponde ao atual mandato.

O Sr. Presidente da Câmara respondeu que era esse o objetivo e que tal seria extremamente positivo, contudo, salvaguardou o facto de poderem surgir imponderáveis que não se enquadrem em determinados momentos, referindo-se nomeadamente à requalificação da rede viária referida na proposta, trabalhos já adjudicados e cujos valores ascendem aos contemplados nos empréstimos bancários para o efeito e que, por isso, a Câmara Municipal terá que os suportar com receitas próprias, e daí ser, em sua opinião, o desafio difícil e exigente.

A seguir, foi autorizado o uso da palavra ao Sr. Vereador Francisco Duarte que em complemento à questão formulada pelo Sr. Vogal Luís Micael e referindo-se à minuta do contrato do empréstimo a

celebrar, deduz que o período de utilização deste empréstimo é de 2 anos, a contar da data do respetivo visto por parte do Tribunal de Contas, prazo esse que tem que ser cumprido.

Em seguida, interveio o Sr. Vogal António José Paulino, lembrando que a amortização deste empréstimo decorrerá num período de 20 anos, a decorrer durante 5 mandatos, e como já foi abordado na última sessão desta Assembleia, para que o mesmo possa ser amortizado, em mais do que um mandato, a autorização a conceder terá que ser feita através de uma maioria absoluta da Assembleia Municipal, daí questionar qual será a decisão do executivo se tal não se verificar.

A seguir, usou da palavra o Sr. Vogal Carlos Ramos lembrando que já há 3 anos que o executivo da CDU havia concluído, para uma gestão adequada, a necessidade da contratação deste empréstimo em duas tranches, sendo que a primeira foi concluída, pelo que, em sua opinião, o Partido Socialista está, na prática, a levar a cabo o que a CDU defendia, que era a formalização de uma segunda tranche.

Contrapondo o afirmado pelo Sr. Vogal Carlos Ramos, o Sr. Vogal António José Paulino questionou qual seria a saída deste executivo quando se deparou com 1.300,000 € de obras adjudicadas e com contrato celebrado, isto é, como montaria essa “engenharia financeira?”.

Interveio, a seguir, a Sr^a. Vogal Maria Manuela Florêncio lembrando que as reservas manifestadas pela CDU quanto à contratação deste empréstimo foram sobejamente esplanadas na última sessão desta Assembleia, realizada para esse efeito, nomeadamente, quanto a algumas opções políticas, a certas prioridades e à calendarização de alguns investimentos.

Afirmou contudo a mesma Vogal que tal não impede que a CDU tenha uma postura construtiva relativamente ao futuro do nosso concelho.

Usou da palavra depois o Sr. Presidente da Câmara que, respondendo ao Sr. Vogal António José Paulino, relembrou que o financiamento da requalificação da referida rede viária municipal já tinha sido, em parte, objeto de financiamento através do primeiro empréstimo, e daí há que ter em conta o facto do Tribunal de Contas vir a questionar esse mesmo financiamento, que visou na devida altura para a mesma intervenção, e por isso, a não visar parte deste empréstimo para o mesmo efeito, o que a acontecer, acarretará maiores problemas financeiros ao Município, daí concluir, que todos os eleitos e a população do concelho devem ter a consciência desse mesmo problema que pode ser muito sério, opinando, por isso, que há que “rezar” para que tal não aconteça.

Em seguida, solicitou a palavra o Sr. Vereador Francisco Duarte, tendo o Sr. Presidente da Câmara lembrado que quem representa a Autarquia neste Órgão é ele próprio e como tal, concederia a palavra ao mesmo Vereador se fosse para defesa da sua honra, sendo isso que está estipulado e não via, neste momento, alguma matéria que justificasse a defesa da honra do mesmo Vereador.

Interveio, contudo, o Sr. Vereador Francisco Duarte dizendo que a interpretação do Sr. Presidente era mais que duvidosa, mas que a sua pretendida intervenção não tinha a ver com a defesa da honra, mas sim, “com fé e crença” e concluiu dizendo que o “Tribunal de Contas não é Deus”.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta de autorização à Câmara Municipal para a contratação de empréstimo bancário, até ao montante de 1.175,000 €, submetida a votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Apresentou a Sr^a. Vogal Manuela Florêncio a seguinte declaração de voto, em nome dos eleitos da CDU:

“Declaração de Voto

Apesar de termos reservas relativamente a algumas opções políticas da proposta no que concerne a prioridades, montantes e calendarização de investimentos e também no que respeita ao total do empréstimo e à capacidade de endividamento do Município, a CDU, dentro do espírito de responsabilidade que a caracteriza, decidiu votar a favor dessa mesma proposta, por forma a não inviabilizar a atividade do município, uma vez que um empréstimo deste montante e com o prazo de amortização previsto (20 anos) carece de aprovação de uma maioria qualificada da Assembleia, conforme previsto na Lei.”

Posto isto, o Sr. Presidente, em nome da Câmara Municipal, agradeceu o voto de confiança que muito apraz ao executivo do Partido Socialista.

5º. - Atribuição de apoios económicos aos Estudos do Ensino Superior – Apreciação e votação da proposta da Comissão de Análise das Candidaturas.

Em conformidade com a deliberação tomada por unanimidade desta Câmara Municipal, na sua reunião realizada no dia 1 de Março do ano corrente, submeteu a Sr^a. Presidente à apreciação da Assembleia Municipal o proposto pela Comissão de Análise das Candidaturas aos Apoios Económicos do Ensino Superior, que a seguir se transcreve, e que acompanhou a documentação elaborada e homologada pelo executivo na referida reunião:

- “Que, a exemplo do que aconteceu com outros apoios sociais concedidos pela Autarquia, (deliberação da reunião ordinária de 1 de Fevereiro/2018), mantenha a medida de fortalecimento de apoio social, indexando a exclusão das candidaturas a um valor superior a 1,7 (729.13 €) do IAS (Indexante aos Apoios Sociais), adotando, temporariamente, para o ano letivo de 2017/2018, a referida alteração à alínea a) do ponto 2 do Art.º 5º do Regulamento, à semelhança das bolsas atribuídas nos anos letivos anteriores e conforme deliberação da Assembleia Municipal para esse efeito, a manutenção desta medida de fortalecimento de apoio social que permitirá o alargamento da atribuição de apoios.”

Concedida a palavra à Assembleia, interveio a Sr^a. Vogal Rita Nobre que, em nome do Partido Socialista, congratulou, quer a Comissão de Análise das Candidaturas, quer o executivo municipal, por decidirem manter as medidas que permitiram aos concorrentes a atribuição de apoios económicos aos estudos do ensino superior.

Interveio, a seguir, o Sr. Vogal António José Paulino alertando o executivo para equacionar a realização de uma alteração ao Regulamento das “Bolsas de Estudo”, por lhe parecer um tanto ou quanto caricato haver a necessidade de todos os anos o executivo ter de solicitar autorização à Assembleia para adotar temporariamente a alteração à alínea a) do ponto art.º 5º, para os devidos efeitos, proposto pela Comissão de Análise das Candidaturas.

Usou da palavra, em seguida, o Sr. Vogal Filipe Mestre que reconheceu a existência de algumas lacunas no respetivo regulamento e que as condições dos alunos têm-se modificado drasticamente, nomeadamente nos encargos que têm de suportar, sendo estes apoios, em sua opinião, “uma gota de água no oceano” principalmente para aqueles que têm mais dificuldades económicas.

Sugeriu ainda o mesmo Vogal que fosse constituída uma Comissão, no sentido de levar a efeito, com rigor, uma revisão ao Regulamento das “Bolsas de Estudo” que contemple o atual ensino superior nas suas diferentes áreas e cursos, bem como o apoio a alunos que frequentem estabelecimentos de ensino fora do país.

Interveio, depois, o Sr. Vogal Carlos Ramos lembrando que as primeiras bolsas de estudo atribuídas contemplavam cerca de 12 ou 13 alunos, no entanto, constatasse que, com o decorrer dos anos, há mais alunos a solicitar este apoio o que, em sua opinião, por um lado revela que cada vez mais a continuação dos estudos é o percurso normal dos estudantes ligados a este concelho, o que é um bom sinal, mas também é indício de que, infelizmente, no nosso país o ensino superior está cada vez mais caro, e que é de lamentar que o mesmo possa ser frequentado apenas por aqueles que têm dinheiro, como acontecia antes do 25 de Abril, enquanto os outros alunos têm que andar a pedir estes apoios, para conseguirem frequentar o mesmo ensino.

Usou da palavra depois o Sr. Presidente da Câmara lembrando que a revisão deste regulamento é da competência da Câmara Municipal, sendo intenção do atual executivo revê-lo, conforme foi estabelecido no programa eleitoral do Partido Socialista, no sentido de apoiar os estudantes com dificuldades económicas, assim como, valorizar o respetivo mérito do trabalho dos mesmos.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta submetida a votação tendo a mesma sido aprovada por unanimidade da Assembleia.

Posto isto foi efetuado um intervalo nos trabalhos.

6º.- Apreciação e votação de proposta de atribuição de despesas de representação aos titulares de direção intermédia de 2º.- grau que exercem funções na Câmara Municipal.

Retomados os trabalhos, colocou a Sr^a. Presidente à apreciação da Assembleia a seguinte proposta do executivo municipal, na sequência da deliberação tomada, por unanimidade, na sua reunião realizada no dia 19 do corrente mês, e que a seguir se transcreve:

“Considerando que a Assembleia Municipal em sessão realizada dia 28 de fevereiro de 2018, aprovou a Nova Estrutura Orgânica dos Serviços e a Câmara Municipal em reunião ordinária de 29 de março de 2018 criou as unidades orgânicas flexíveis;

Considerando que os dirigentes intermédios de 2º grau (Chefe de Divisão), podem ser abonados de despesas de representação no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, através do despacho conjunto a que se refere o nº.2 do artigo 31º da Lei nº. 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei nº.64/2011, de 22 de dezembro.

Assim, de acordo com o nº. 2 do art.º 24º da Lei nº. 49/2012, de 29 de agosto, propõe-se a atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de 2º grau que exerçam funções na Câmara Municipal de Castro Verde.

Considerando ainda que a atribuição deste abono é da competência da Assembleia Municipal, submeto a presente proposta a deliberação da Câmara Municipal e posterior aprovação em sessão da Assembleia Municipal.”

Concedida a palavra ao Sr. Presidente, confirmou o mesmo que esta proposta enquadra-se no novo organograma da estrutura hierarquizada da Câmara Municipal, em que foram criadas mais duas novas divisões, num total de cinco, conforme pormenorizou em relação às respetivas funções e chefias, e que estão ainda por preencher os cargos de Chefe da Divisão de Educação e Ação Social.

Dada a palavra à Assembleia, interveio a Sr^a. Vogal Manuela Florêncio lembrando que a atribuição destas despesas de representação era prática corrente anterior, e sobre a recente aprovação da nova estrutura orgânica dos serviços que contempla as referidas cinco divisões, questionou o motivo pelo qual ainda não ter havido designação do Chefe da Divisão da Educação e Ação Social, visto esta divisão, em sua opinião, ser tão importante. Questionou ainda porque é que esta designação não ocorreu em simultâneo com as outras já conhecidas, em que os respetivos chefes irão entrar em funções a breve prazo, sendo que, como é do conhecimento de todos, os mesmos já pertencem ao quadro de pessoal da Autarquia, daí questionar se a pessoa a designar pertence ou não ao mesmo quadro de pessoal.

O Sr. Presidente da Câmara informou que foi uma opção tomada e que ainda não tinha identificado a pessoa com perfil para desempenhar tais funções, no entanto, lembrou que quando se iniciou este processo havia informado previamente que ia recorrer ao mapa de pessoal da Câmara Municipal para dar resposta a este novo organograma.

Afirmou que se fizesse qualquer afirmação nesse sentido não seria correto, uma vez que não tem ainda nada decidido sobre esta matéria e lembrou que esta dificuldade já existia no anterior executivo, pois quer ao nível da cultura quer ao nível do desporto, manteve anos e anos sem qualquer chefe de divisão nestas áreas.

Reconheceu o que a Sr^a. Vogal Manuela Florêncio afirmou e que tal é pertinente, quanto à importância da Divisão da Ação Social e Educação, acrescida com a prevista transferência de competências para os municípios nesta área, e informou que tinha isso presente e que atempadamente será dada resposta quanto ao preenchimento do referido cargo, e lembrou que na criação desta divisão já foi tida em conta essa mesma transferência de competências.

Interveio ainda a Sr^a. Vogal Manuela Florêncio afirmando que tinha lembrado esta questão quando foi alitrado a feitura de um novo regulamento das bolsas de estudo, uma vez que o mesmo tem as duas vertentes implícitas, a educação e a ação social.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta de atribuição de despesas de representação aos titulares de direção intermédia de 2^o.- grau que exercem funções na Câmara Municipal, submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

7^o.- Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara relativa à atividade municipal.

Tomou a Assembleia conhecimento da informação prestada pelo Sr. Presidente da Câmara reportada ao período compreendido entre 6 de Fevereiro e 23 de Abril do ano corrente, não se tendo verificado qualquer intervenção.

8º. -Outros assuntos de interesse:

Aberto este ponto da ordem de trabalhos, interveio o Sr. Vogal António Jerónimo alertando para o problema que se verifica no final da rua, em frente do Intermarché, no sentido nascente-poente, em que, devido ao traço contínuo aí existente, não é possível o estacionamento de viaturas nos parques existentes em frente dos pavilhões das empresas ali localizadas, sem terem que “pisar” o mesmo traçado contínuo, daí alvitar que se encontre uma solução para este problema.

Interveio, a seguir, o Sr. Vogal Filipe Mestre manifestando a sua preocupação, em nome do Partido Socialista, quanto à falada má situação financeira da Câmara Municipal, questionando se é mesmo preocupante e se, face a esta situação, faz sentido promover um “Festival do Borrego”, festividade que se acrescentou às outras já existentes.

Usou da palavra, em seguida, o Sr. Vogal Diogo Gomes alertando para o problema que continua a verificar na limpeza das ruas, sobretudo em Castro Verde, e questionando, por isso, se está a ser definida alguma estratégia sobre a higiene urbana.

Interveio, depois, a Sr^a. Vogal Susana Figueira que, tendo em conta as manifestações vindas a público, relativamente ao facto da Câmara Municipal ter retirado a utilização de uma sala do Centro Escolar nº.1 à Associação Sénior Castrense, solicitou ao executivo informação sobre o assunto, nomeadamente o que esteve na origem dessa decisão e que apoios são efetivamente prestados pela Câmara Municipal à mesma Associação.

Posto isto, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, tendo o mesmo começado por afirmar que a situação financeira da Câmara Municipal não é nada boa, como é do conhecimento público, isto porque, conforme o Partido Socialista, enquanto oposição, teve oportunidade de alertar, tendo sido criticado por isso, durante muitos anos a Câmara baseou toda a sua intervenção tendo em conta o recebimento de uma receita extraordinária, bastante significativa, proveniente da derrama, nomeadamente da indústria mineira, tendo mesmo recebido volumosas quantias, nomeadamente cerca de 5 milhões de euros num determinado ano, pese embora que o montante destas verbas tenham sido reduzidas nos últimos anos.

Adiantou o Sr. Presidente que, no momento, a Câmara está confrontada com duas situações sendo uma, a mais grave, que é, para além de não haver essa receita extraordinária, também a retenção de toda essa receita, por parte da Autoridade Tributária, até perfazer um total de mais de um milhão e trezentos mil euros, o que significa que, toda a receita proveniente da derrama ficará retida até se atingir o referido valor o que, em termos práticos, se traduz numa dificuldade seríssima e de difícil resolução, em termos da gestão financeira diária nas diferentes áreas. E lembrou que, conforme já havia afirmado em determinado momento, “a Câmara Municipal de Castro Verde é uma casa com hábitos de casa rica, mas que, neste momento, já o não é,” daí, em sua opinião, terá que se adaptar e seguir caminhos diferentes, e, muito dolorosos ao nível de alguns setores, sobre o risco de comprometer muito do que é atividade municipal, o que o leva também a concluir e a perceber o motivo de algumas opções não terem sido tomadas em muitas áreas.

Afirmou o Sr. Presidente que perante esta situação, a gestão tem que ser muito mais rigorosa e, respondendo à questão colocada pelo Sr. Vogal Filipe Mestre, sobre a realização do evento “Festival do Borrego”, em que surgiram opiniões contrárias, face a este contexto de dificuldades, afirmou que se tratou claramente de uma opção política, conforme intenção manifestada pelo

Partido Socialista no ato eleitoral no ano de 2013, no sentido de valorizar o borrego, a atividade dos agricultores, associando-o à terra e à vida no campo.

Adiantou que face ao resultado do último ato eleitoral em que o Partido Socialista saiu vencedor com uma larga maioria da população, houve de imediato a intenção de levar por diante o “Festival do Borrego”, conforme previsto no respetivo programa eleitoral.

Opinou o Sr. Presidente que, face aos resultados alcançados, esta intenção estava muito certa, conforme opiniões muito positivas manifestadas pela generalidade das pessoas, pese embora que hajam outras que, apesar de terem gostado e tenham sentido que se trata de uma iniciativa com espaço para avançar e se consolidar, estão um pouco “em processo de negação” o que, em sua opinião, até é compreensível.

Informou que, felizmente para os parceiros desta iniciativa, a Câmara Municipal, a Associação de Agricultores e produtores, a mesma teve um balanço extremamente positivo, assim como para a generalidade da população, havendo a opinião que a mesma deve ser alargada em termos de espaço e apostar em outras áreas, pelo que a Câmara Municipal pretende apostar nisso mesmo.

Quanto à situação financeira da Câmara associada ao festival, lembrou que sabiam “fazer contas” pelo que, com a poupança que está programada na “Quinzena Cultural”, que passou de 30 para 15 dias de iniciativas, nas “Festas da Vila”, assim como a opção política de não participar no “Festival Terras Sem Sombra”, e que ascende a cerca de 50.000 €, dá para “pagar” os custos resultantes da realização do “Festival do Borrego”.

Acerca da questão colocada pelo Sr. Vogal Diogo Gomes, sobre a higiene urbana em Castro Verde, afirmou que a Câmara Municipal está muito consciente da situação e tem a noção exata que, nos seis meses de mandato, evoluiu muito pouco nessa mesma matéria e que, enquanto Presidente da Câmara, tal situação incomoda-o muito, tendo em conta que, em sua opinião, essa foi uma marca “extremamente negativa” do anterior mandato.

Adiantou que a Câmara Municipal está a trabalhar no sentido de inverter essa situação e que, conforme havia anunciado aquando da aprovação da revisão ao orçamento, na reunião do executivo, realizada nesta data, foi aprovada a contratação de equipamento com capacidade adequada para dar uma resposta muito concreta, assim como criar uma equipa própria, específica e em permanência no serviço da higiene urbana em Castro Verde, tendo entretanto contratado externamente uma equipa para fazer esse mesmo serviço, concluindo que a resolução deste problema é um compromisso de honra.

Quanto à questão colocada pela Sr^a. Vogal Susana Figueira, sobre a decisão de retirar a utilização de uma sala cedida à Associação Sénior Castrense, informou que tal decisão teve a ver com informação do Agrupamento de Escolas de Castro Verde, no sentido de desenvolver um projeto relacionado com as “Ciências Experimentais”, sugerindo, por isso, a utilização do espaço da antiga cantina escolar (situado no Centro Escolar nº.1) cedida à referida Associação para a realização dos ensaios do seu coro polifónico.

Lembrou o Sr. Presidente que, tendo em atenção que a Associação Sénior Castrense tem uma ampla sede, situada em parte das instalações da antiga Cooperativa de Consumo, com todas as condições, permitindo que toda a sua atividade decorra sem nenhum tipo de interferência e problemas, sendo este um espaço que pode também comportar o ensaio do coro, pensamos que estão reunidas todas as condições para a mesma resolver as suas questões, assim sendo, a

referida Associação foi informada no sentido de disponibilizar o espaço ocupado na antiga cantina escolar.

Informou ainda que, para além da cedência gratuita das instalações, a Câmara Municipal apoia financeiramente a mesma Associação com uma verba anual de 12.,000 €.

Quanto à questão colocada pelo Sr. Vogal António Jerónimo informou que os serviços iam procurar corrigir da melhor forma.

A seguir foi dada a palavra ao Sr. Vogal Carlos Ramos que, quanto à expressão do Sr. Presidente sobre “os hábitos de casa rica”, em sua opinião, o mesmo dá a entender que nos anos das receitas extraordinárias tratou-se de “gastar dinheiro em luxos”, enquanto, efetivamente, nesses anos se concretizaram tantas obras, e deu como exemplo as instalações onde está a decorrer esta sessão, a biblioteca, as piscinas municipais, o centro rodoviário e assim como outros investimentos, pelo que, afirmou que compreendia a referida expressão mas, no entanto, era preciso ver o que de facto foi feito na prática com essas verbas extraordinárias e não lhe parece que tenha sido em luxos.

Quanto à decisão da Autoridade Tributária, afirmou que todos deviam estar contra, uma vez que a mesma resulta da ação interposta pela SOMINCOR, no sentido de reaver aquilo que acha que tem direito após o pagamento de impostos, quando, em sua opinião, a mesma empresa obtém bastante mais lucro resultante da exploração mineira, comparado com o que pagaram de impostos neste concelho.

Lamentou o mesmo Vogal o facto destas grandes empresas usarem e abusarem do seu poder para obterem lucros fabulosos e pagarem o menos possível em termos de impostos, pelo que, em sua opinião, no caso da empresa SOMINCOR a mesma deve de facto pagar e até muito mais e, em sua opinião, o Estado Português não devia compactuar com a situação.

Interveio a seguir a Sr^a. Vogal Manuela Florêncio que, na qualidade de elemento da Direção da Associação Sénior Castrense, começou por afirmar que não põe em causa os apoios que a Câmara Municipal concede àquela Associação e que os mesmos são fundamentais para o desenvolvimento da atividade da mesma, que é conhecida, assim como o facto de lhes terem sido facultadas instalações para o efeito, nas diferentes áreas conforme descreveu.

Afirmou que, para além disso, havia também a cedência de uma das salas da antiga cantina escolar para o funcionamento das aulas do coro que era um bom espaço para o efeito, face aos respetivos equipamentos/instrumentos musicais e, em sua opinião, a saída daquele espaço para a sede da Associação não estava em causa, mas sim, a forma como as coisas foram feitas que deixam efetivamente um pouco a desejar.

Referiu-se depois a mesma Vogal como tudo decorreu, que começou com a receção de um ofício da Câmara no dia seguinte ao da saída da Presidente da Associação para fora do país, e isso era do conhecimento da Câmara, tendo em conta que o Sr. Vereador Francisco Duarte, esposo da Sr^a. Presidente da mesma Associação, tinha comunicado a sua ausência durante um período de tempo.

Informou que a comunicação feita pela Câmara Municipal à Associação foi “curta e grossa” informando da decisão da Associação ter que deixar de utilizar as instalações da antiga cantina escolar, num período máximo de 30 dias, na sequência da solicitação do Agrupamento de

Escolas de Castro Verde, e afirmou que nesse aspeto não havia qualquer objecção por parte da Associação, uma vez que a Autarquia é que é proprietária daquelas instalações e como tal tem todo o direito a dar-lhe a utilidade que entender.

Adiantou a mesma Vogal que, perante a ausência da Presidente da Associação, a funcionária administrativa, lhe reencaminhou o ofício da Câmara Municipal, e que, perante o mesmo, questionou todos elementos da Direção do Agrupamento que desconheciam o pedido e lhe afirmaram que nenhum deles tinha solicitado a cedência da referida sala, o que em sua opinião, é bastante estranho, no entanto, soube posteriormente que o mesmo pedido tinha sido formulado diretamente à Câmara Municipal pela Prof^a. Fátima Palma.

Opinou a mesma Vogal que o processo podia ter decorrido de forma diferente, tendo em conta que Castro Verde é um meio tão pequeno, onde praticamente toda gente se conhece ao nível dos elementos de direção e como tal, tudo podia ter sido feito de outra forma, voltando contudo a referir que não havia dúvidas na decisão da Câmara, quanto ao uso da sala, assim como também não estava em causa os apoios que a Autarquia dá à Associação que são muito importantes e fundamentais para o desenvolvimento do trabalho levado a cabo durante a sua existência, e concluiu informando que a sala foi cedida de imediato, mas desconhecia se a mesma já estava a ser utilizada.

A seguir, foi dada a palavra à Sr^a. Secretária, Carolina Cabaça, que, como elemento da Direção da referida Associação, questionou o Sr. Presidente da Câmara se a sala em causa já estava a ser ou quando irá ser utilizada, tendo em conta que todos os elementos da mesma direção ficaram espantados com a manifesta urgência em retirarem o uso da mesma, assim como estranhou a necessidade de um projeto de ciências ter que utilizar quatro salas do Centro Escolar nº.1, tendo em conta que para além das duas salas da antiga cantina há mais duas disponíveis no mesmo Centro Escolar.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vogal António José Paulino que, referindo-se ao proferido pelo Sr. Presidente da Câmara quanto há necessidade de haver algum reajustamento e cortes seletivos de alguns eventos culturais, afirmou e deixou o repto que o mesmo tem que ser mais criativo nos cortes efetuados e justificou a sua posição tendo em atenção a situação financeira da Autarquia, conforme se pode constatar no mapa centralizador da receita e despesa, enviado junto à informação da atividade municipal, conforme pormenorizou.

Lembrou o mesmo Vogal da autorização concedida nesta sessão para a contratação de um empréstimo direcionado para determinada área e como tal não pode ser utilizado para outro fim, pelo que, a situação não lhe parece fácil, afirmando que, segundo as suas contas, haverá a necessidade de um corte significativo nas despesas correntes, por forma a não se entrar em incumprimento, conforme pormenorizou.

Afirmou o mesmo Vogal que espera que este executivo siga o seu caminho, que não tem que seguir as pegadas de ninguém e não tem que ter os eventos e as atividades lúdicas do executivo anterior, portanto, em sua opinião, tem que fazer o seu percurso com a sua marca, afirmando que da sua parte terá todo o apoio político nesse sentido e espera que haja lucidez política para a resolução deste grave problema financeiro, e lembrou que no último mandato em que foi Vereador Municipal várias vezes se manifestou contra o facto da despesa corrente, já nesse tempo, estar a aumentar muito.

Referiu-se ainda o mesmo Vogal sobre alteração do mapa de pessoal e consequente integração dos trabalhadores em situação precária, questionando qual o ponto da situação quanto à abertura do respetivo procedimento concursal e quando é que se prevê a integração do mesmo pessoal.

Posto isto, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que sobre a questão da Associação Sénior Castrense interpelou a Sr^a. Vogal Maria Manuela Florêncio sobre se ela acredita que ele esteve à espera da Sr^a Presidente da Associação se deslocar para fora do país para tomar a decisão sobre o fim da utilização da sala da antiga cantina por parte da mesma Associação, tendo a mesma Vogal relacionado essa decisão com a coincidência do prazo de 30 dias fixado para o efeito.

O Sr. Presidente da Câmara, considerou tal ideia um desrespeito para com os restantes membros dos órgãos sociais, tendo em conta que a mesma Associação é composta por vários elementos em que há um Vice-Presidente, portanto com competência para acolher a tomada de qualquer decisão.

Informou depois o Sr. Presidente que após a receção de uma carta da Sr^a. Coordenadora de Estabelecimento do 1º. Ciclo, a apresentar um projeto devidamente fundamentado, houve a necessidade de tomar uma decisão, tendo em conta a importância do mesmo e a solução passou pela cedência da sala utilizada pela Associação Sénior, não tendo, à partida, de ter que questionar o Sr. Diretor do respetivo Agrupamento sobre a validade e a importância do projeto apresentado.

Relembrou a Sr^a Vogal Maria Manuela Florêncio que a solicitação em causa foi, conforme pode constatar, textualmente em nome da Direção do Agrupamento de Escolas de Castro Verde quando a mesma lhe informou que desconhecia o solicitado.

O Sr. Presidente respondeu que não queria entrar numa discussão sobre isto e que não punha em causa quem dirigiu o pedido, no entanto, adiantou que a solução encontrada passou pelo facto da Associação Sénior Castrense ter um espaço amplo que pode dar resposta ao uso em causa.

Lembrou que, como o já havia afirmado, publicamente, reconhece o mérito e ação do trabalho que a mesma Associação desenvolve no âmbito de toda a sua intervenção e isso a Câmara Municipal tem em atenção, respeitando e mantendo uma relação de responsabilidade com a referida associação, esperando também que haja da parte desta ou de qualquer outra das associações, para com a Câmara Municipal, nomeadamente com o seu Presidente, a relação da responsabilidade que o mesmo tem com os Presidentes dessas mesmas associações, isto é, responsabilidade em todos os momentos e não apenas quando se trate de reivindicar qualquer coisa ou ficarem magoados com isto ou com aquilo.

Quanto à utilização da sala da antiga cantina, afirmou que desconhecia se a mesma já está ser utilizada, mas ia saber o ponto em que o processo está a decorrer e pedir a respetiva calendarização da utilização da mesma sala.

Relativamente ao quadro financeiro da Autarquia, alvitrado pelo Sr. Vogal António José Paulino, confirmou o Sr. Presidente da Câmara que de facto a situação financeira é muito difícil, e quanto à opinião do Sr. Vogal Carlos Ramos sobre “hábitos de casa rica” que não é uma expressão feliz, mas, em sua opinião, a verdade é que a mesma retrata bem aquilo que é a ação da Câmara Municipal em muitas áreas, no passado.

Confirmou que a Câmara está confrontada com esta situação e dando um exemplo muito concreto, referiu-se ao movimento associativo no concelho, afirmando que o mesmo tem todos os méritos e vitalidade na sua dinamização nas diferentes áreas, o que, em sua opinião, é muito importante para todos, no entanto, lembrou que o mesmo movimento associativo tem apoios da Câmara Municipal, e incluindo aquilo que é dado em termos de apoio às Juntas de Freguesia do concelho, acarreta um encargo para a Autarquia que ascende, no conjunto, a um total de um milhão e cem mil euros.

Lembrou que de facto se trata de um compromisso permanente para a Câmara Municipal e lembrou também que o facto de ter deixado de receber as receitas provenientes da derrama, agrava ainda mais a situação, que as receitas “dão à pele” para pagar as suas despesas e que face à capacidade de execução demonstrada no ano transato, em termos de PPI, espelha bem o problema existente e que as pessoas deviam ter bem a consciência disso, havendo mesmo a necessidade de ter que haver a ousadia e a coragem para tomar algumas decisões, no sentido de preservar os interesses fundamentais daquilo que é a ação da Câmara Municipal.

Quanto à situação dos trabalhadores precários, levantada pelo Sr. Vogal António José Paulino, o Sr. Presidente da Câmara informou que todo o processo está a decorrer na fase de abertura dos respetivos concursos e depois de cumpridos os diferentes passos que são obrigatórios, todo o processo se concluirá.

Relativamente à mobilidade de pessoal intercarreiras, informou o Sr. Presidente que a Câmara Municipal entendeu que as 10 pessoas que tem no seu quadro de pessoal com formação superior, alguma até adquirida após a entrada em funções, no âmbito dessa mobilidade, passarão a exercer novas funções.

9º. - Período reservado à intervenção do público.

Dada a palavra ao público presente, interveio, por ordem de inscrição, primeiro o cidadão Sr. João Nuno Sequeira, manifestando-se perplexo pois, em sua opinião, se por um lado se afirma o estado crítico da situação financeira da Autarquia e diz-se que há a falta de uma verba extraordinária para resolver a situação, por outro, em nome das opções políticas, procede-se precisamente ao contrário, pois em vez de se cortar algumas atividades para poder fazer face às dificuldades que daí advêm, gasta-se esse dinheiro em atividades similares, havendo assim uma certa contradição.

Afirmou o mesmo cidadão que seria interessante também compreender como é que se chegou ao dia 31 de Dezembro com um rol de dívidas, a curto prazo, a terceiros que ascendeu a cerca de 600.000 € e se chega ao mês de Maio com uma verba que ascende a 700.000 €, o que significa que não houve nenhuma redução na dívida existente, afirmando, por isso, que também o leva a outra questão que tem a ver com uma entrevista dada pelo Sr. Presidente da Câmara ao “Correio Alentejo”, no início do corrente ano, e onde deu a entender que o anterior executivo teria praticado atos de gestão, entre a eleição e a tomada de posse do novo executivo, que levaram a aumentar extraordinariamente as dívidas da Câmara, pelo que afirmou que gostava de saber se foi feito o levantamento dessas mesmas despesas e se há algo “palpável” que permita sustentar essa suspeição, isto é, qual o montante dessa despesa extraordinária que houve nesse período em termos comparativos com outros períodos semelhantes.

Adiantou o cidadão João Nuno Sequeira da tão falada realização de uma auditoria externa, nessa mesma entrevista, e, por isso, afirmou que gostava de saber se essa está a decorrer e

referindo-se à aprovação da Conta de Gerência do ano anterior questionou que tipo de parecer o auditor externo emitiu.

Comentou ainda o mesmo cidadão “o ter ficado a saber que é perfeitamente normal, dentro de uma estrutura do Estado, um quadro intermédio que não tem poderes de representação, poder dirigir-se a outra instituição do Estado (Central ou Local) e fazer pedidos à revelia dos órgãos que represente.”

Posto isto, foi dada a palavra ao Sr. Presidente tendo o mesmo, sobre as questões colocadas pelo cidadão João Nuno Sequeira, afirmado que não tinha muito a dizer, no entanto, adiantou que quando o novo executivo tomou posse, os serviços informaram-no que tinha cerca de 400.000 € de requisições para emitir, referentes a serviços prestados e que não estavam pagos, o que levou a ter que ser feita uma alteração orçamental, e que, em termos comparativos, em 2016 a Câmara Municipal terminou o ano com dívidas a terceiros, a curto prazo, que ascendeu a cerca de 362.000 €, enquanto no final de 2017 essa dívida rondou os 667.000 €.

Quanto à situação do quadro financeiro da Autarquia, afirmou que era o que já havia falado, mas considerou pertinente o observado pelo Sr. Vogal António José Paulino, quando aos saldos e o montantes em dívida.

Relativamente à auditoria externa, informou que a mesma está em curso, não havendo ainda qualquer resultado da mesma, contudo, quando os houver será dado conhecimento em termos públicos.

Interveio a seguir a cidadã, Sr^a. Maria de Fátima Fialho Silva que, referindo-se à complicada situação financeira da Câmara Municipal, começou por afirmar que requeria da parte do executivo uma atuação diferente em face dos compromissos assumidos, pois, em sua opinião, não será fácil com a perda da receita proveniente da derrama, que como é sabido o anterior executivo só teve conhecimento dessa decisão apenas no final do mês de Agosto, princípios de Setembro, o que quer dizer que certamente houve muitos compromissos assumidos que não teriam em conta esta nova realidade e que, quer este ou qualquer outro executivo, teria que a passar a ter em conta.

Afirmou a mesma cidadã que não tinha visto ainda da parte do atual executivo a tomada de qualquer medida para contrariar esta situação, pelo que questionou o Sr. Presidente quais as medidas tomadas para reduzir despesa, uma vez que tem visto o contrário, nomeadamente ao nível do pessoal e com a recente realização do “Festival do Borrego” pese embora haja a informação que se irá reduzir despesa noutras iniciativas do género.

Questionou depois qual o balanço do mesmo festival em termos de ganhos, nomeadamente para os produtores do borrego e para os restaurantes que aderiram à iniciativa.

Quanto à contratação do empréstimo hoje aprovado, questionou as dúvidas suscitadas pelo Sr. Presidente da Câmara quanto ao visto do mesmo pelo Tribunal de Contas, ao lhe parecer que não está muito confiante nesse visto.

Concedida a palavra ao Sr. Presidente, começou o mesmo por afirmar que quanto à redução da despesa, o executivo está a fazê-lo todos os dias, nas pequenas e grandes coisas, caminho esse que vai ter que ser continuado e nalguns casos, como o já havia afirmado, terá que ser doloroso.

Quanto ao balanço do “Festival do Borrego”, em sua opinião, é extremamente positivo, nomeadamente ao nível da restauração que se iniciou nos dias antes, na semana gastronómica, onde houve uma participação muito significativa, com estabelecimentos a esgotarem a carne de borrego, assim como ao nível dos agricultores do Campo Branco, cujo balanço é muito positivo, de tal forma que, neste momento, há já uma plataforma de entendimento que passa pelos restaurantes de Castro Verde fornecerem borrego desta região o ano inteiro, e, por isso, já há ideias para a realização desta iniciativa no próximo ano, numa forma mais alargada

Relativamente às dúvidas sobre o visto do Tribunal de Contas no empréstimo, o Sr. Presidente reparou que as tinha, mas apenas na parte respeitante ao financiamento da requalificação das vias municipais, uma vez que a mesma entidade já visou um empréstimo anterior para essas mesmas obras.

Interveio a seguir o cidadão. Sr. Adelino Coelho, que, referindo-se igualmente à situação financeira da Câmara Municipal, opinou que o Sr. Presidente, quando andou em campanha eleitoral já sabia o estado financeiro da Autarquia, mas que tal não o impediu de dizer que fazia isto, aquilo e muita coisa, mas que não concretizou, e perante a contratação do empréstimo, hoje autorizada, com um valor superior àquele que anteriormente foi aprovado, questionou qual a capacidade real de endividamento do Município.

Referiu-se depois à intenção da realização de determinadas obras em Castro Verde, faladas nesta sessão pelo Sr. Presidente, afirmou que entende que o mesmo quer realizá-las, mas não sabe concretamente quais e como, uma vez que não há projetos, pelo que, em sua opinião, esperava que já tivessem definidos os pormenores dessas mesmas obras.

Referindo-se à questão da limpeza urbana em Castro Verde, lamentou que a vila esteja mal tratada ao nível dos espaços verdes, e deu como exemplo o Parque da Liberdade, em que não houve a preocupação de fazer uma limpeza às folhas secas espalhadas por todo o lado.

Questionou o mesmo cidadão quais os custos da realização do “Festival do Borrego”, tendo em conta a sua grandeza e a participação de “importantes chefes de cozinha internacional.”

Interveio, a seguir, o Sr. Presidente da Câmara afirmando que não percebia quais as bandeiras do Partido Socialista que iam cair, conforme alvitado pelo cidadão Adelino Coelho, e referiu-se nomeadamente à requalificação da Escola Secundária, cujo processo está a decorrer na CCDRA, assim como ao facto do atual executivo não ter aumentado o custo da água ao domicílio, e em termos de política social, a criação de um transporte para os alunos do ensino superior para e da Funcheira, a proposta de que a taxa do IRS baixasse 0,5%, tendo sido a mesma reprovada pela CDU e como tal, não podendo ser cumprida.

Quanto à falta de limpeza motiva pelas folhas secas, lembrou o Sr. Presidente que é um problema diário, uma vez que as árvores estão na queda das folhas, daí ser difícil manter essa limpeza, e deu como exemplo a limpeza feita no Parque da Liberdade, onde se realizaram as comemorações do 25 de Abril, e “hoje está como se nada tivesse sido feito”.

Reconheceu, contudo, o Sr. Presidente que há outras ruas em que de facto os serviços têm de agir de um modo mais eficaz, nomeadamente, através da criação de uma equipa específica e também da aquisição de equipamento, conforme já referiu.

Acerca da participação do chefe de cozinha do Hotel Sheraton, informou o Sr. Presidente que o mesmo é natural de São Marcos da Ataboeira, deste concelho, estudou na Escola Secundária de Castro Verde, portanto, foi com muito orgulho que o recebemos no “Festival do Borrego”.

Informou depois que a atual capacidade de endividamento da Autarquia é de cerca de 1.855,000 € sem o empréstimo hoje aqui aprovado.

Quanto aos custos da realização do “Festival do Borrego” informou que os mesmos ascenderam a cerca de 41.400,00.

A seguir, foi dada a palavra ao Sr. Vereador Francisco Duarte que intervindo na sua qualidade de cidadão, junto do público, começando por questionar o Partido Socialista de Castro Verde, relativamente a alguns campanhas de alguns apoiantes e militantes, lançadas no “facebook”, mais concretamente à campanha lançada no passado dia 23 de Fevereiro, com a afirmação “30.000 € saíram em Castro Verde”, “sortudo” e “sorte é sorte”.

Adiantou o mesmo cidadão que se trata de um pagamento devido, referente ao subsídio de reintegração, ao ex-vereador da Câmara Municipal, Paulo Nascimento, campanha esta saída antes de qualquer informação pública, na página pessoal de Irene Silva e largamente comentado por António José Paulino, militante socialista e Presidente da Junta da União de Freguesias de Castro Verde e Casével, e questionou, mais uma vez, qual é a posição política do PS de Castro Verde sobre esta e muitas outras campanhas.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Vogal Filipe Mestre que, na sua qualidade de Presidente da Comissão Concelhia do Partido Socialista, começou por afirmar que o PS é uma organização que não limita os seus militantes e cada um pensa por si próprio e como tal não pode proibi-los de fazerem os comentários e tomarem as posições que entenderem pois, como partido liberal, têm toda a liberdade para o fazer.

Referiu que não tem o hábito de comentar coisas no “facebook”, e quanto aos militantes do Partido Socialista, enquanto pessoas, acha que os mesmos podem fazê-lo, responsabilizando-se por isso, afirmou, no entanto, que quando tem a algo a criticar fá-lo pessoalmente e nos locais próprios.

Dirigindo-se ao público presente, o Sr. Vogal Filipe Mestre manifestou a sua satisfação por haver esta liberdade, no sentido de haver um período reservado ao público e, afirmando que era uma forma de hoje homenageá-lo pessoalmente, lembrou o cidadão Manuel António Emília Domingos, que infelizmente já não está entre nós, que durante muitos anos era o único público nas sessões da Assembleia Municipal, e que quando o mesmo ultrapassava o período que lhe era permitido intervir estava logo a ser chamado à atenção.

Concluiu afirmando que concordava plenamente com o facto da Sr. Presidente deixar intervir as pessoas, não se cingindo taxativamente ao que está previsto no Regimento, dando-lhe por isso os parabéns por tal atitude.

A seguir interveio o Sr. Vogal António José Paulino que começou por lamentar que o Sr. Vereador Francisco Duarte, e ex-Presidente da Câmara, tenha que ter vindo para o público “lavar roupa de facebook” e que, em sua opinião, tal atitude fica-lhe mal.

Lamentou o mesmo Vogal que o Sr. Vereador apenas tenha visto estes comentários, às vezes feitos por impulso, tendo em conta também os feitos pelos camaradas e apoiantes que se veem no “facebook”, “denegrindo inclusivamente a vida pessoal de muita gente e caluniando eleitos pelo povo de Castro Verde”

Quanto ao assunto em questão, afirmou que pessoalmente era taxativamente contra a atribuição do subsídio de reintegração e lembrou que “quem vem para a política vem por que quer e de peito aberto e pago como tal”

Afirmou o Sr. Vogal António José Paulino que hoje não voltaria a fazer tal comentário e que oportunamente terá oportunidade de o dizer à pessoa visada.

Interveio ainda a Sr^a. Vogal Carla Gonçalves que agradeceu ao Sr. Vereador Francisco Duarte por ter trazido a público as “coisas” do “facebook”, pois, em sua opinião, as pessoas têm que perceber o que é ética e sigilo profissional no trabalho, e enquanto não perceberem isso é muito complicado e como já trabalhou numa casa de jogos, concluiu afirmando “a quem sai um prémio numa “raspadinha” ou no “euro milhões” é um sortudo, a quem tem direito a um subsidio é de direito, não é sorte”.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, tendo sido aprovada por unanimidade e assinada pela Sr^a. Presidente da Assembleia, para que produza efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, pelas 1,20 horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Sr^a. Presidente da Assembleia e pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, que a lavrou, nos termos do nº. 2 do artigo 57º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro.